

O CONTEXTO CAMBIAL BRASILEIRO NO DECÊNIO 1994 A 2004

GILSON CÉSAR PIANTA CORRÊA¹
ZENIR M. ADORNES SILVA²

Resumo

Durante o período que se estende de 1994 a 2004, o Brasil passou por grandes ajustes econômicos e cambiais, buscando estabilizar sua economia, e como consequência, teve-se um cenário cambial bastante importante, principalmente o compreendido no decênio 1994/2004, que é o objeto principal deste artigo.

Abstract

During the period that last from 1994 to 2004, Brazil underwent big economic and exchange adjustments, seeking economic stability, and as a result, a very important exchange scenario was obtained mainly during the decades of 1994/2004, and that is the main subject focused on this article.

Palavras-chave: Câmbio, Sistema Cambial, Câmbio Fixo, Câmbio Flutuante, Incentivo, Importações, Exportações, Crise, Estabilidade.

Introdução

O Brasil adotou, desde o meio dos anos 80, diversos planos econômicos, que em sua maioria falharam em seu objetivo de controlar a inflação, até que, em 1994 com o Plano Real, o objetivo foi, mesmo com grande custo social, atingido.

Paralelamente, durante o período compreendido entre o duplo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, diversas crises externas com forte fundo cambial impactaram a economia brasileira, forçando a desvalorizações da moeda brasileira, que só foram possíveis em razão do sistema cambial adotado – câmbio flexível.

Por serem decisivas nos planos de estabilização do Brasil, as variáveis cambiais compreendidas entre os anos de 1994 e 2004 serão neste artigo discutidas, bem como seus eventuais impactos no contexto econômico brasileiro.

Câmbio: Uma Visão Preliminar

Antes de entramos propriamente em nosso tema, acerca dos movimentos cambiais brasileiros no período 1994/2004, é conveniente que se discorra sobre o tema câmbio, em seus aspectos essenciais, com a finalidade de tornar a leitura acessível aos leitores leigos nos assuntos relativos ao câmbio, visto que, uma entrada abrupta no cen-

¹ Graduando em Administração com Habilitação em Comércio Exterior. Semestre 9^o. Universidade da Região da Campanha. São Borja – RS.

² Prof. MSc. da Universidade da Região da Campanha. São Borja – RS.

tro do tema, sem o conveniente apoio de conhecimentos básicos sobre câmbio, poderia tornar este artigo, para uns indecifrável, e para outros, um tanto incompleto.

Antes de tudo, devemos conceituar a taxa de câmbio, que pode ser descrita, como sendo o preço de uma moeda estrangeira qualquer em valores de moeda nacional, ou seja, refere-se ao custo de uma moeda em relação a outra.

Quanto às medidas utilizadas nas taxas de câmbio, têm-se basicamente três, a saber:

- Taxa de Câmbio Nominal: esta medida de taxa de câmbio refere-se ao preço de uma unidade monetária expresso em valores de outra unidade monetária.

- Taxa de Câmbio Real: esta taxa expressa, em moeda local, os preços dos produtos e/ou ativos de outros países relativos ao preço local. Alguns autores preferem definir a taxa de câmbio real como sendo o preço dos bens nacionais comerciáveis, sendo estes relativos aos não-comerciáveis.

- Taxa de Câmbio Efetiva: esta taxa consiste na média das taxas de câmbio nominais, na verdade, uma média ponderada, de acordo com a importância relativa das nações nas transações comerciais da nação local.

Outro ponto que necessita de compreensão, é o relativo aos tipos de taxas de câmbio, visto que ao definir-se por um determinado tipo de taxa, uma nação passa a desfrutar de diversas vantagens e desvantagens relativas ao modelo adotado.

Os tipos de taxas de câmbio baseiam-se no movimento destas, sendo assim, podemos ter uma taxa fixa ou uma taxa flexível. A primeira consiste em uma taxa estabelecida e defendida por um país para a sua moeda, e a segunda – a taxa flexível – é aquela que varia de acordo com as condições de oferta e demanda impostas pelo mercado, ou seja, pressupõem-se que dentro de um sistema onde a taxa de câmbio é flexível, os preços das unidades monetárias serão determinados pela compra e venda das referidas moedas em transações envolvendo pessoas, empresas e governos.

Quanto as vantagens e desvantagens impostas pelas taxas de câmbio fixa e flexível, pode dizer-se que em um sistema de câmbio fixo temos vantagens como: rápida estabilização monetária; cria expectativas de que desvalorização cambial caia a zero; e por fim, induz maior previsibilidade à economia em questão.

O sistema de câmbio fixo também tem suas desvantagens, pois após a manutenção – por longos períodos de tempo – de taxas de câmbio fixas, podem ocorrer situações de graves perdas de reservas internacionais e conseqüentes crises cambiais.

Já em um regime de câmbio flexível, as desvantagens acima citadas não são aplicáveis, visto que as reservas monetárias internacionais do Banco Central encontram-se resguardadas, já que qualquer eventual excesso no lado da demanda ou da oferta de divisas é neutralizado pelas oscilações nas taxas de câmbio. Nessas condições torna-se bastante improvável que ocorra uma crise cambial. Outras vantagens deste tipo de sistema cambial referem-se à capacidade que ele possui de isolar o setor real da economia das crises econômicas internacionais – é claro que, em se tratando de uma crise internacional muito grave, o efeito de blindagem se vê bastante diluído – e a imposição de dificuldades à especulação cambial.

Dentre as desvantagens que esse sistema possui, pode-se citar uma certa vocação a induzir processos inflacionários – principalmente se não houver uma rígida disciplina monetária e fiscal –, e de constituir-se em um sistema não tão previsível como o de câmbio fixo, um fator que pode tornar-se contraproducente aos elementos produtivos locais.

Quanto ao mercado cambial, temos no Brasil um mercado que se encontra subdividido em livre e flutuante, mercados estes que obedecem às regras estipuladas pelo Banco Central, bem como, por este são fiscalizados. Muitas vezes o mercado livre é denominado de comercial, enquanto o mercado flutuante é conhecido como turismo. Também há o mercado de câmbio paralelo

– ou câmbio negro –, que apesar de existir e considerado ilegal no Brasil.

As operações realizadas em cada um destes mercados são diferentes. No mercado livre são realizadas operações relativas a exportação e importação; operações cambiais feitas pelo governo – nas três esferas –, assim como operações que decorram de transferências financeiras relativas a investimentos de estrangeiros no país, empréstimos a residentes, sendo que existem ainda, operações de menor importância – aqui não citadas – realizadas neste mercado.

Já no mercado flutuante são realizadas operações relativas à compra e venda de moedas estrangeiras – sobretudo Dólar – com a finalidade expressa de turismo internacional, além de contribuições a associações.

Também é necessário que se esclareça o que se quer dizer quando nos referimos ao termo política cambial, visto ser este um conceito muito presente nos assuntos relativos ao câmbio.

Uma política cambial pode ser definida como um conjunto de leis, regulamentos e ações implementados pelo governo federal e que influenciam o comportamento do mercado de câmbio e das taxas de câmbio. Vejamos um pouco como tem sido a política cambial brasileira.

Uma Visão Geral da Política Cambial Brasileira

Durante a história brasileira, foram utilizadas diversas políticas cambiais, que dentre os motivos que ensejaram sua aplicação, merecem destaque o fortalecimento das exportações brasileiras e o resguardo de setores industriais caracterizados pela baixa competitividade.

Começando uma análise a partir de 1983, notamos que a política cambial brasileira neste ano, inseria-se em um contexto orientado para o ajustamento externo, desta forma, conjuntamente com políticas de redução dos gastos internos e de vários investimentos governamentais em subsídios às exportações, buscou-se fortalecer as ati-

vidades ligadas a exportação por meio de valorizações reais do câmbio – uma estratégia bastante utilizada, ainda hoje, por diversas nações.

De 1983 a 1985, a política cambial do Brasil foi bastante produtiva no que se refere ao ajustamento externo, contudo, também existiram diversos fatores negativos. Nesta época, era o Estado brasileiro o maior responsável pela dívida externa, desta forma, todas as desvalorizações reais que ocorreram no período fizeram com que o valor dos bens públicos denominados em moeda estrangeira, caísse. Sendo assim, essas desvalorizações reais na verdade tornam o país mais pobre em relação ao mundo, inclusive – e este é um detalhe da máxima importância – em relação aos países credores, o que aumenta sobremaneira o valor nominal da dívida em moeda estrangeira.

Contudo, existe ainda outro efeito da política cambial deste período, pois internamente, as desvalorizações reais terminaram por provocar efeitos positivos sobre os preços, o que por consequência, desencadeou novas desvalorizações como tentativa de manter a competitividade das exportações, principiando assim um perigoso ciclo de aceleração da inflação na economia brasileira.

Já em 1986, com o recrudescimento do processo inflacionário, passou-se a dar extrema importância e prioridade à estabilização interna da economia. Com a finalidade de que fosse conseguido os tão necessários equilíbrio e estabilização econômica, foram implementados diversos planos heterodoxos de estabilização que aplicaram um caráter descontínuo às desvalorizações, que eram utilizadas com o fim de ajustar o Balanço de Pagamentos e manter a competitividade das exportações externas do Brasil.

Entre 1986 e 1987, houve diversos atrasos cambiais, que se deram em função dos planos de estabilização adotados – Plano Cruzado e Bresser –, atrasos estes que não puderam ser impedidos mesmo pela mididesvalorização de abril de 1987. Em 1988, tiveram-se ainda maiores valorizações que ocorreram em função da aceleração do

processo inflacionário. No próximo ano – 1989 – o Brasil chegou praticamente às portas da hiperinflação.

No período compreendido entre 1986 a 1990, o Brasil obteve uma valorização da taxa de câmbio real, porém este movimento só foi verificado na taxa de câmbio efetiva a partir de 1988, sendo que até então, esta taxa havia tido um claro movimento de desvalorização, que tinha sua explicação na depreciação administrada do dólar em âmbito mundial.

No ano de 1990, o Brasil adotou o regime de câmbio flutuante e uma política cambial – direcionada pelo Banco Central – em favor de maiores apreciações real e efetiva real do câmbio brasileiro, com isto, ocorreu uma crise no mercado de divisas, crise esta que só foi revertida por diversos leilões feitos pelo Banco Central, e que acabaram por ter como efeitos a desvalorização do câmbio e uma clara sinalização de um retorno das taxas de câmbio reais praticadas anteriormente pelo governo.

Já no período compreendido de 1990 a 1992, o Brasil passou por momentos de grande turbulência política interna, sendo que nesta mesma época foram aplicados os Planos Collor I e Collor II, que tiveram seus efeitos limitados pelos estrangulamentos externos potencializados por atitudes tomadas pelo setor exportador. Em 1993, começa uma nova fase de apreciações, apreciações estas que podem ser explicadas tanto pelo contexto de abertura financeira pelo qual passava o Brasil, quanto pela aceleração da inflação.

A Política Cambial Brasileira no Decênio 1994 a 2004

Seria impossível falar sobre os movimentos cambiais ocorridos a partir de 1994, sem contextualizar os fatos a fim de elucidar o cenário econômico complexo que o Brasil atravessava naquela época, visto que as taxas inflacionárias estavam rompendo os limites suportáveis. O fracasso de diversos planos estabilizatórios parecia apontar para o problema como sendo um caso de difícil

solução, visto que desde a metade dos anos 80, muitas haviam sido as tentativas de controlar a inflação.

Brasil: a migração do sistema de âncora cambial para o sistema de câmbio flexível

Em dezembro de 1993, quando a inflação já superava a marca de 2000%, foi lançado o Plano Real pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que contava na época com uma equipe de talentosos jovens economistas, os quais, juntamente com o Ministro, planejaram uma nova abordagem de controle da inflação. Este Plano mudou o nome da moeda para Real, e criava-se assim uma nova política econômica.

Pode-se dizer que com o Plano Real a estabilização passou por três fases: primeiro, teve-se um rápido ajuste fiscal, seguido de uma profunda reforma monetária e, por último usou-se a taxa de câmbio como âncora nominal. O segundo componente do Plano Real, foi uma medida de reforma monetária temporária que atrelou contratos, preços, salários e taxa de câmbio a um único índice diário, a unidade real de valor (URV), sendo que ao mesmo tempo ainda permanecia em circulação a moeda anterior, o Cruzeiro Real.

O Plano Real, por fim, conseguiu controlar a inflação, inclusive com grande rapidez, pois dos quatro dígitos registrados em 1994, caiu para dois dígitos em 1995 e para menos de 2% em 1998. O crescimento econômico também se mostrou acentuado no período: com o PIB crescendo em média 4% ao ano entre 1994 e 1997, o que era extremamente notável se comparado com uma produção estagnada ou em declínio nos cinco anos anteriores. Este crescimento econômico que se iniciou em 1994, não se originou de uma queda nas taxas de juros reais, como geralmente havia ocorrido nas primeiras fases dos programas de combate a inflação predecessores, baseados na taxa cambial.

Na verdade, este grande crescimento econômico brasileiro parece ter se origina-

do no aumento dos salários reais, pois entre 1993 e 1995 ocorreram vários reajustes salariais. Este aumento na renda acabou por elevar as importações.

Nesta época, o Brasil utilizava-se de um sistema de âncora cambial que se valorizava com altas taxas de juros e grandes entradas de capitais, porém tornava-se difícil ao governo sustentar o crescimento diante de um cenário que combinava crescentes déficits fiscais e comerciais com fluxos voláteis de capital.

Outro ponto importante ocorrido em 1994, mas precisamente em dezembro, foi a Crise Mexicana, que só não teve efeitos mais devastadores na economia brasileira devido ao elevado nível de reservas externas do país, porém, a Crise Mexicana atingiu o Brasil num momento delicado forçando as autoridades brasileiras a monitorar os crescentes déficits comerciais do país, que cresceram ainda mais em 1995, coincidentemente, ao mesmo tempo em que o Plano Real se concentrava na expansão da demanda nacional.

As conquistas brasileiras referentes à redução da inflação neste período estão fortemente associadas a real valorização da taxa cambial. Isso se torna claro quando analisamos que entre 1994 e 1998, por exemplo, a taxa de câmbio média real ficou 31% acima da média dos últimos 14 anos. Era notório que esta valorização era demasiada, pois não havia nenhuma mudança estrutural ou grande crescimento anterior que justificasse uma valorização tão significativa.

O problema da supervalorização da taxa cambial é que quase sempre está associada a um consumo que envolve grande crescimento das importações e diminuição da poupança privada e das exportações; fatores que em longo prazo tendem a ser bastante negativos para a economia e o crescimento sustentável.

O sistema de âncora cambial, utilizado pelo Brasil neste período, geralmente tende a gerar déficits comerciais, pois supervaloriza o câmbio.

Um problema, talvez menos aparente, mas que geralmente costuma ocorrer com

a supervalorização cambial, e que ela esmola a redução da poupança privada, na medida em que a população passa a antecipar o consumo futuro em detrimento de poupar recursos, visto que, teme o poder de compra pela chegada de uma eventual crise monetária.

A Crise Mexicana levou uma expressiva perda de confiança por parte dos investidores, confiança esta, que foi restabelecida através de bem-sucedidas medidas tomadas pelas autoridades mexicanas, com a finalidade de estabilizar a economia. Uma nova turbulência ocorreria com a Crise Asiática de 1997, que provocou um rápido pânico, porém, o quadro realmente grave ocorreu com a desvalorização russa e a conseqüente inadimplência, ocorrida em 1998.

A economia brasileira foi bastante afetada pela Crise Russa, sendo que as reservas externas do país sofreram uma redução de 30 bilhões de dólares, ao mesmo tempo em que o governo, buscava defender o valor da moeda. O FMI apressou-se em montar um pacote de empréstimo, mas os políticos brasileiros, em função da proximidade de eleições, adiaram as negociações.

Finalmente, em 1998 o Brasil assinou um contrato de assistência financeira de 41,5 bilhões de dólares com o FMI. Porém, a soma foi liberada em parcelas, que estavam condicionadas ao cumprimento de um programa de apoio do FMI, com prazo previsto de três anos, e que objetivava o necessário ajuste fiscal. Este programa inicial tinha como meta, a redução das necessidades de empréstimo do setor público de 8% do PIB em 1998 para 4,7% em 1999.

Este programa do FMI propiciou tempo aos diversos setores financeiros brasileiros para reduzirem sua exposição externa, porém essa situação foi logo ultrapassada pelos acontecimentos, com o fracasso da política monetária em evitar a queda do câmbio. Com as crescentes saídas de capitais, a falta de evolução fiscal, a forte resistência da comunidade empresarial brasileira, as taxas de juros recordes aliadas a crescente demanda para corrigir o câmbio que estava acentuadamente supervalorizado, acabaram

por forçar o governo brasileiro a adotar um novo regime cambial, desta forma, no dia 15 de janeiro de 1999, o Real passou a flutuar livremente e até o final de fevereiro já havia sofrido uma desvalorização de mais de 35%.

Terminava assim, o período de utilização do regime de âncora cambial e entrava-se no sistema de câmbio fluante (flexível) no qual se está até hoje.

As Taxas Cambiais Brasileiras no Período 1994 a 2004: uma visão estatística

Na década compreendida entre os anos de 1994 até 2004, houve diversas variações na taxa de câmbio brasileira, em parte fruto de políticas cambiais orientadas pela visão econômica de seus implementadores, e em parte, ocorridas pelas reais necessidades de ajuste cambial da economia real brasileira.

Na busca por uma melhor compreensão desses movimentos cambiais – e seus inevitáveis reflexos nos volumes de exportações e importações do Brasil –, utilizaremos-nos de gráficos estatísticos que contemplem tanto os movimentos cambiais, quanto os fluxos de entrada e saída de bens do território brasileiro.

Primeiramente, observaremos na tabela 1, que dá origem ao gráfico 1, as taxas de câmbio comerciais médias para compra, em Reais por Dólar, no período 1994/2004, período este, que tem no Plano Real seu ponto mais relevante.

Tabela 1

Período	Taxa de Câmbio Comercial Média Para Compra – R\$/US\$
1994	0,6435
1995	0,9160
1996	1,0044
1997	1,0779
1998	1,1603
1999	1,8150
2000	1,8287
2001	2,3514
2002	2,9207
2003	3,0775
2004	2,9251

Fonte: Banco Central do Brasil

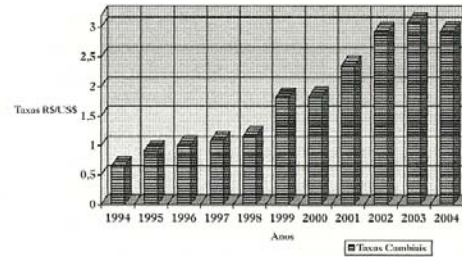


Gráfico 1: Evolução das Taxas Cambiais no Brasil (Compra)
Fonte: Banco Central do Brasil

Convenientemente, antes de analisarmos as séries históricas apresentadas para a cotação cambial Real/Dólar comercial – 1994 a 2004 –, devemos também possuir, além das informações estatísticas para o câmbio comercial médio para compra, as informações relativas ao câmbio comercial médio para venda, explicitado na tabela 2 e gráfico 2. Vejamos então:

Tabela 2

Período	Taxa de Câmbio Comercial Média Para Venda – R\$/US\$
1994	0,6453
1995	0,9177
1996	1,0052
1997	1,0787
1998	1,1611
1999	1,8158
2000	1,8295
2001	2,3522
2002	2,9215
2003	3,0783
2004	2,9259

Fonte: Banco Central do Brasil

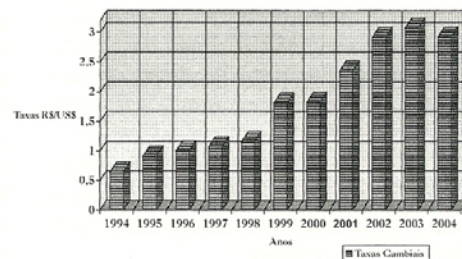


Gráfico 2: Evolução das Taxas Cambiais no Brasil (Venda)
Fonte: Banco Central do Brasil

Conforme podemos observar, não houve variações extremamente significativas no que se refere ao preço médio praticado tanto para compra como para venda no período, pois temos cotações médias bastante similares nos dois casos, dentro do período coberto pelos dados. Porém, podemos notar que o preço (a cotação) em si teve acentuadas oscilações, partindo de um nível de supervalorização do Real até a maxidesvalorização – que demarca o limite onde principiam a ocorrer desvalorizações acentuadas e progressivas da moeda brasileira – que serviu de começo para a migração cambial do regime de câmbio ancorado para o sistema de câmbio flexível.

O ano de 1994, ano de implementação do Plano Real, primeiro plano econômico a realmente mostrar-se eficaz contra a inflação, nos mostra uma taxa de câmbio – compra e venda – bastante supervalorizada (não esqueçamos que a política cambial deste primeiro período do Real era de ancoragem cambial), como nos mostra a tabela 1 e 2 e o gráfico 1 e 2.

Temos neste ano uma cotação para compra de 0,6435 Reais por Dólar norte-americano, e uma cotação para venda similar, o que denota claramente uma apreciação excessiva do Real frente a moeda estadunidense, uma situação que mais tarde seria impossível de ser mantida.

O ano de 1995 marca o começo de uma recuperação gradual do Dólar frente ao Real, sendo que apenas neste ano, a moeda americana valorizou-se 42,34% em relação a unidade monetária brasileira, se comparada com a cotação do ano anterior. É um percentual considerável, diante do período relativamente curto em que foi registrado.

Nos anos de 1996, 1997 e 1998, a valorização do Dólar ante o Real variou relativamente pouco, comparativamente ao ocorrido no biênio 1994/1995, mantendo-se assim um quadro de alguma estabilidade cambial, o que porém, não duraria muito, pois pressões internas e externas (ainda se sentiam os efeitos da Crise Asiática de 1997, e a Crise Russa se agravava acentuadamente)

sinallavam a necessidade de uma maxidesvalorização da moeda brasileira.

Em 1999, diante da impossibilidade de segurar a cotação do Real nos níveis até então praticados, o governo do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, autorizou uma maxidesvalorização do Real frente ao Dólar. Esta desvalorização da moeda brasileira foi da ordem de 56,42%, se compararmos o biênio compreendido entre 1998 e 1999.

Como anteriormente dito, 1999 marca o fim do regime de âncora cambial e o começo de um novo sistema cambial: o câmbio flutuante. A partir deste ano, o Real começa a flutuar com liberdade, de acordo com as leis de mercado. É um fato de suma importância, pois gera – com seu impacto no cenário macroeconômico – a necessidade de uma adequação da política econômica e cambial do país a esta nova situação,

Também começa um período de desvalorizações da moeda brasileira, que depois de manter-se com cotação relativamente estabilizada no biênio 1999/2000, acusa um recuo ante o Dólar de 28,58% entre os anos de 2000 e 2001.

Em 2002, prosseguem as desvalorizações da moeda brasileira, com uma valorização do Dólar da ordem de 24,21%.

Em 2003, a moeda americana novamente fechou em alta de 5,36% em relação ao ano anterior – uma desaceleração de seu ritmo de valorização – sendo que, em 2004, a tendência de alta do Dólar é interrompida por uma valorização do Real, o que faz a cotação fechar o ano de 2004 praticamente no mesmo nível de 2002.

3.3. O Comportamento das Exportações e Importações Brasileiras no Período 1994 a 2004

Após observarmos o panorama cambial brasileiro nos últimos tempos – com especial atenção ao decênio 1994/2004 –, é interessante que também observemos o comportamento do comércio exterior brasileiro, ou seja, como se comportaram as exportações e importações do país, visto que são

estas, grandemente influenciadas pela política e pelas taxas cambiais.

Primeiramente, analisemos a tabela 3 e o gráfico 3, onde se encontram registrados os dados relativos às exportações efetuadas pelo Brasil para o exterior (os valores referem-se ao custo relativo a *Incoterm* FOB – *Free On Board* –) no período que vai de 1994 até 2004.

Tabela 3

Período	Exportações (FOB) em US\$ Bilhões
1994	43.545
1995	46.506
1996	47.747
1997	52.986
1998	51.120
1999	48.011
2000	55.086
2001	58.223
2002	60.362
2003	73.084
2004	96.475

Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

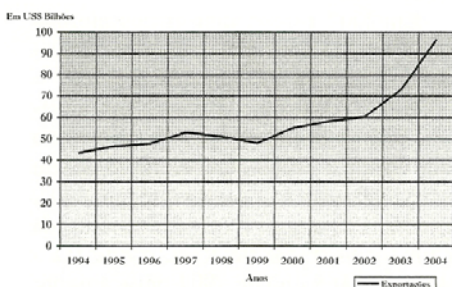


Gráfico 3: Exportações Brasileiras no Decênio 1994/2004
Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

Existe uma ligação bastante íntima entre o valor do câmbio e o desempenho das importações – sua competitividade internacional –, e o que podemos notar ao observar o gráfico 3 é a reafirmação desse fato, visto que à medida que a unidade monetária brasileira desvaloriza-se, ocorre um claro e substancial aumento nas exportações do Brasil, certamente reflexo dessa flutuação negativa do Real.

No ano de 1994, com o câmbio brasileiro supervalorizado, as exportações brasileiras situaram-se em torno de 43 bilhões de dólares, um nível relativamente baixo se compararmos aos resultados apresentados apenas alguns anos depois.

Os níveis das exportações do Brasil não se alteraram de forma muito acentuada nos anos de 1995 e 1996, visto que nestes anos as exportações do país não alcançaram os 50 bilhões de dólares, com uma variação mais positiva no biênio 1994/1995 – um acréscimo de quase 3 bilhões de dólares, certamente em parte devido a uma mudança na taxa de câmbio de 0,6435 para 0,9160, em favor do dólar – do que no compreendido entre 1995/1996.

Em 1997, o Brasil consegue exportar em valores superiores a US\$ 50 bilhões – US\$ 52.986 bilhões, mais precisamente, com uma pequena desvalorização do câmbio em relação ao dólar comparativamente ao ano anterior – para a seguir, nos anos de 1998 e 1999 registrar duas quedas sucessivas.

Em 1998, a desvalorização do Real prossegue, fechando o ano em 1,1603 reais (média, para compra), o que ainda assim não influencia consistentemente as exportações, que inclusive caem, em parte pela insuficiente queda na cotação Real/Dólar e, em parte, pelo cenário de crise no mercado internacional.

Apesar da maxidesvalorização ocorrida em 1999 – com os efeitos positivos para as exportações sendo sentidos somente em 2000 –, os níveis das vendas brasileiras ao exterior caem ainda mais, para US\$ 48.011 bilhões. Essa situação ainda refletia a conjuntura econômica internacional negativa que se seguiu à Crise Russa.

A partir de 2000, as exportações brasileiras passam a sofrer aumentos sucessivos e substanciais, com os efeitos da grande desvalorização cambial do ano anterior se fazendo sentir. Em 2000, já tem-se um aumento das exportações da ordem de US\$ 7 bilhões, em 2001 de US\$ 3 bilhões e em 2002 de US\$ 2 bilhões.

Em 2003 ocorre um grande salto nas exportações nacionais, com um incremento

de US\$ 12,5 bilhões de dólares. A taxa cambial de praticamente 3 Reais por Dólar certamente foi um dos motivos para este ótimo resultado.

Com um aumento nas exportações de US\$ 23 bilhões, 2004 é o ano que apresenta o melhor resultado em comparação com os anteriores, dentro do período coberto pelos dados. A taxa de câmbio variou pouco em relação ao ano anterior, porém manteve-se em um nível favorável às vendas externas.

Após a análise dos resultados relativos às exportações, passemos aos relacionados às importações. Vejamos a tabela 4 e gráfico 4:

Tabela 4

Período	Importações (FOB) em US\$ Bilhões
1994	33.079
1995	49.970
1996	53.346
1997	59.842
1998	57.714
1999	49.210
2000	55.783
2001	55.582
2002	47.232
2003	48.260
2004	62.782

Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

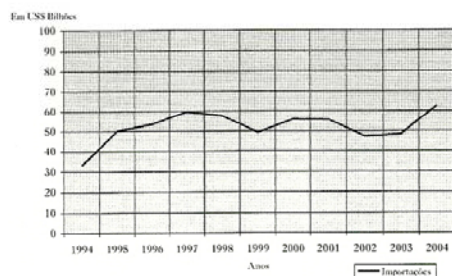


Gráfico 4: Importações Brasileiras no Decênio 1994/2004
Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

O comportamento das importações – assim como o das exportações – é grandemente influenciado pelos movimentos da taxa cambial, porém, geralmente

quando temos um forte aumento nas exportações, as importações também são estimuladas, visto que a venda de mercadorias por uma nação gera caixa também para compras no exterior.

Além disso, quando temos níveis altos de exportações, muitas empresas que desejam seguir vendendo ao exterior necessitam recompor suas reservas de matérias-primas – diversos desses insumos provêm do exterior –, o que por sua vez gera importações.

Em relação a 1994, o ano de 1995 apresentou uma alta significativa nas importações, com um incremento de quase US\$ 17 bilhões. O Real valorizado começava a estimular os setores importadores, com o país fazendo pesadas compras do exterior, grande parte delas consistindo em bens de consumo. Era o começo de um ciclo de aumentos consecutivos nas importações que só seria interrompido em 1998.

No biênio 1996/1997, as compras do exterior continuaram aquecidas, com 1997 fechando com um volume de US\$ 59.842 bilhões em importações – quase 27 bilhões de dólares a mais que em 1994.

Com um volume importado de US\$ 57.714 bilhões, o ano de 1998 marca um declínio nas importações brasileiras, que se estendeu também para 1999. Em parte gerado pela grande desvalorização do Real ocorrida neste ano, 1999 teve um recuo das importações para níveis inferiores aos praticados em 1995, sendo um dos anos de mais fraco desempenho do setor importador, no período coberto pelos dados.

O biênio 2000/2001, com resultados bastante semelhantes – em torno de 55 bilhões de dólares importados – marca uma recuperação no volume das importações, que porém recuariam novamente para volumes inferiores a 1995 nos dois anos subsequentes: 2002 e 2003.

Mantendo o padrão de instabilidade que marca as evoluções das importações brasileiras, em 2004, após 2 anos de quedas sucessivas, o Brasil compra do exterior 62.782 bilhões de dólares, um grande salto

que representa um acréscimo de US\$ 14,5 bilhões em relação ao ano anterior.

Os motivos para este ótimo desempenho do setor importador são, entre outros, o bom momento econômico internacional, a taxa cambial brasileira de quase R\$ 3,00 por US\$ 1,00 e o grande volume exportado – quase US\$ 100 bilhões – que gerou recursos para as compras externas.

Conclusão

Conforme vimos, a política e as taxas cambiais brasileiras passaram por diversas mudanças no período 1994/2004, o que é perfeitamente normal para uma nação que buscava vencer repetidos ciclos inflacionários e ajustar-se às demandas de um mercado externo que passou por diversas e graves crises nos últimos dez anos.

Com a implementação do Plano Real, e um período inicial de ancoragem cambial, o Brasil conseguiu deter um persistente processo de inflação – chegando perto da hiperinflação, inclusive – que havia resistido a diversos planos econômicos, concebidos sucessivamente desde os anos 80. Após esse momento inicial, o país adotou o câmbio flutuante, sistema ainda utilizado atualmente.

Também pudemos observar o impacto das políticas e taxas cambiais nas exportações e importações do país, com os fluxos de bens que entraram e saíram do Brasil no período ajustando-se às condições impostas pelo câmbio nacional, bem como as condições predominantes no cenário econômico mundial.

Fica claro, contudo, uma grande verdade econômica: o câmbio e os resultados do comércio exterior de qualquer nação estão profundamente interligados.

Referências bibliográficas

CARDOSO, E. A. Crise monetária no Brasil: Migrando da âncora cambial para o regime flexível. São Paulo. Revista de Economia Política, v. 21, n.3 (83), p. 103-119, 2001.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2000.

SILVA, Zenir Adornes da. **Fatores explicativos do saldo da balança comercial do Brasil – 1990 a 1997**. Santa Maria: UFSM, 1999. Monografia, Faculdade de Economia, Universidade Federal de Santa Maria, 1999.

IPEA Data. Câmbio. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?30180234>. Acesso em:

04 ago 2005.

IPEA Data. Comércio exterior. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?30180234>. Acesso em: 04 ago 2005.

WESSELS, Walter. **Economia**. São Paulo: Saraiva, 1999.